



EDUCAÇÃO POPULAR DE PAULO FREIRE NAS AÇÕES DA AJUP CALIANDRA DO CERRADO

Arleandro Silva dos Santos^{*1}(IC), Eloisa Aparecida da Silva Ávila²(IC), Phillipe Cupertino Salloum e Silva³(PQ)

UEG – Universidade Estadual de Goiás – Rua 607, N.42. Setor Sul I - Uruaçu – Goiás. CEP 76.400-000.

Resumo: A Assessoria Jurídica Universitária Popular conhecida como “AJUP Caliandra do Cerrado” é um projeto de extensão do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Uruaçu. Este trabalho propõe um debate acerca da educação popular e a luta por uma educação emancipatória. São reflexões que levam em consideração as experiências vivenciadas nas ações da AJUP – Caliandra do Cerrado, ancorado no legado de Paulo Freire e sua concepção de educação popular. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a educação popular no contexto social e suas variações, à luz de Paulo Freire. Foram feitas pesquisas bibliográficas e revisão de literatura intercalados aos relatos de experiência das atuações do projeto. Concluiu-se que a contribuição de Paulo Freire é de suma importância para as ações práticas de extensão, uma vez que colabora sobretudo com o despertar ético dos agentes envolvidos no processo. Compreendeu-se que as manifestações dos grupos historicamente oprimidos, inseridos em um contexto de educação popular para a emancipação humana reverberam em formação de consciência, pensamento crítico e foco para o enfrentamento de todos os tipos de desigualdade. Em síntese, corrobora com a compreensão de que Direito não é somente norma, que Direito é gente, é povo.

Palavras-chave: Educação. Direito. Extensão popular. Emancipação.

Introdução

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) – Caliandra do Cerrado surgiu mediante as reflexões do cotidiano, das necessidades de ter um projeto que assessora comunidades, principalmente os povos historicamente oprimidos, como os povos tradicionais. Desse modo, pode ocorrer uma interdisciplinaridade nesta prática inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire no que se refere a educação popular e que se constitui do tripé “formação” “ação” e “organização”. Compreende-se, então, que entender sobre os Direitos Humanos na perspectiva de Paulo Freire estimula os juristas em formação a buscar o contato com as diferentes realidades, em diversos contextos, ou seja, com sociedade em geral, especialmente a caminhar ao lado dos

¹ Graduando do Curso de Direito da UEG. arleandro@ueg.edu.br.

² Graduanda do Curso de Direito da UEG.

³ Professor do Curso de Direito da UEG.



povos oprimidos como os grupos tradicionais e as organizações populares. Desperta então nesses juristas em formação um anseio em entender e lutar, juntamente com a comunidade, contra as mais diversas formas de opressão, em um movimento coletivo de libertação e tomada de consciência.

Assim, tendem a se juntar a essas comunidades tradicionais como, ciganos, indígenas e quilombolas e colaborar com suas lutas, para que não tenham seus direitos violados. Há, em geral, uma colaboração com o diálogo, com a resistência e, assim, mais pessoas podem formar a consciência crítica e emancipar-se, libertar-se, lutar por seus direitos, contra as opressões cotidianas. À luz do pensamento de Paulo Freire, a AJUP Caliandra do Cerrado é um espaço de debate e construção coletiva com os alunos do curso de Direito e também com a comunidade. Acredita-se que através da organização popular os grupos historicamente oprimidos têm a oportunidade de protagonizar e ocupar diversos espaços na sociedade.

Desse modo, ocorre a politização, onde se esclarece às pessoas sobre seus direitos, suas possibilidades de transformação da realidade e a construção crítica, a emancipação. É o espaço para que possam querer ser povo e não apenas massa, manipulados por uma determinada parte da sociedade, com isso é possível perceber que toda a sociedade é capaz de se transformar. Nesta perspectiva, frisa-se a importância da articulação para uma expansão de uma educação que entende e luta pelos direitos humanos. As ações da AJUP Caliandra do Cerrado buscam promover esses momentos de formação juntamente aos grupos oprimidos a fim de reconhecer todos os seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), bem como sua garantia material, perante as autoridades locais e aos poderes públicos.

Este trabalho propõe um debate acerca da educação popular e a luta por uma educação emancipatória. São reflexões que trazem como princípios basilares as experiências vivenciadas nas ações da AJUP – Caliandra do Cerrado, porém, ancorado no legado de Paulo Freire e sua concepção de educação popular. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a educação popular no contexto social e suas variações, à luz de Paulo Freire.

Material e Métodos

O contato com a comunidade propicia uma troca de aprendizagens e ensinamentos. Através de círculos de cidadania, reuniões periódicas e planejamento



com atividades externas contribuem para o processo metodológico do projeto. O processo para a elaboração e atuação do projeto se deu por meio das pesquisas bibliográficas, com pesquisa empírica adjunta a revisão de literatura. Com a colaboração das ações extensionistas e das atuações que geram experiência do projeto.

Resultados e Discussão

A luta dos movimentos sociais faz com que haja um diálogo entre as pessoas, uma construção de uma nova sociedade contemporânea. Desse modo é possível gerar mais oportunidades para o aprendizado gerando também uma liberdade de questionamento e de novas perspectivas diante do que se tem vivenciado. Havendo uma toma de consciência humana e de classe para se ter um fortalecimento em todos os ambientes. Uma educação para a luta emancipatória pode fazer com que o sujeito tenha senso crítico e transforme o mundo. Nas considerações de Paulo Freire:

[...] a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (1991, p. 126)

A AJUP tem por base o tripé da formação, ação e organização, ou seja, atua nas práticas direcionadas pelo legado de Paulo Freire apresentadas pela educação popular. As demandas apresentadas à AJUP Caliandra do Cerrado derivam das combinações dos projetos, associações e todas as formas de uma luta pela transformação social e que estão relacionadas a todas as formas de diversidades socioculturais. Deve haver uma busca pelo diálogo e troca de conhecimentos para uma consolidação e efetivação de direitos e da educação libertadora.

Nesse sentido, os ensinamentos de Paulo Freire nos asseguram que “somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores” (1974, p. 24). Falando de outro modo, o processo contínuo da transformação do mundo se dá a partir da educação libertadora, de modo especial, aos oprimidos. Segundo Paulo Freire, agindo dessa forma, poderá também colaborar ativamente para as transformações das pessoas e do mundo.

Nesta linha de raciocínio, há uma junção entre a teoria e a prática. Então, faz-se necessário uma reflexão mútua entre prática e teoria e, assim, a prática pode ser



orientada pela teoria, num processo de mudança, mas acordo com a prática denominada de práxis freiriana. É onde se busca a transformação social, através da reflexão e prática.

Muitos são os espaços para que ocorra a práxis, não restringindo apenas aos espaços de educação formal, como escolas e universidades. A educação para a tentativa de levar a emancipação do sujeito não deve se restringir somente a estes ambientes ou apenas a universidades, mas sim na comunidade, nos grupos sociais, bem como a todos os níveis de educação.

Isto requer que o Estado, a princípio, assumas as despesas com os serviços públicos, requer que a educação como um todo seja pública sem diferenciar classes. É na escola que o estudo e o aprendizado científico devem começar, não se restringir às universidades, a escola única deve ser uma escola criadora, que desenvolva a autonomia dos sujeitos (CASTRO; RIOS, 2007, p.225).

A Assessoria Jurídica Universitária Popular – Caliandra do Cerrado a priori atuava somente em Uruaçu, no norte de Goiás, onde o curso de Direito da UEG tem sede. Contudo, no período de calamidade pública, pandemia da Covid-19, continuamos atuando, mesmo que de forma remota e isto possibilitou atuarmos em outros estados também. Citamos como exemplo, uma participação da AJUP na comemoração do Dia Nacional do Cigano, previsto no decreto de 25 de maio de 2006. Tal comemoração foi realizada em forma de *live* pela plataforma YouTube, realizada em parceria com a Associação Comunitária dos Ciganos de Condado (ASCOCIC), Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará (ASPRECCEC) e o grupo “Navega(arte)” (UEPB), para auxiliar na operacionalização da atividade. O evento contou com lideranças ciganas e que ocorreu em maio desse ano, contou com mais de 400 acessos simultâneos em seus dois dias de transmissão.

Outra demanda atual que vem com a AJUP desde seu início é o assessoramento com a família indígena de etnia Xavante, que há anos vem reivindicando seus direitos ao poder público local. Nosso auxílio vai desde a Criação da Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano, na cidade de Uruaçu, Goiás (ACXNG), há um acompanhamento na luta pela moradia digna, um direito humano universal. Contudo, a luta dessa família vai além desse campo, é preciso acompanhá-los cotidianamente para entender que é preciso de muito mais, onde infelizmente eles lutam contra a discriminação racial e social, onde vem sofrendo hostilizações em todos os espaços em que se encontram.



Considerações Finais

O contato dos universitários com o meio social e a luta cotidiana proporciona o desenvolvimento humano, além da ampliação do conhecimento, do pensamento crítico, o que nos torna mais conscientes e críticos frente a realidade material. Há uma formação para a resistência e luta, compreendendo que é preciso lutar contra todas as formas de opressões. Assim, há um posicionamento diante das injustiças provocadas pelos impactos do sistema capitalista vigente.

São consequências e desigualdades em todos os aspectos, sejam eles socioeconômicos, políticos ou culturais. Dessa forma a sociedade que é “cidadã”, seguindo os passos de Jessé de Souza (2003), romantizam o sofrimento e ações desumanas de fato, a subcidadania. Com isso, a AJUP busca uma democratização do acesso aos direitos, manifestando contra todos os tipos de violações e hostilizações.

Agradecimentos

A Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte. A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

Referências

BRASIL. Decreto de 25 de maio de 2006. Institui o Dia Nacional do Cigano. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10841.htm>.

CASTRO, M.; RIOS, V.L. Escola e educação em Gramsci. Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília, v.7 n.3. p. 221-228, 2007.

FILHO, J. A. S. et al. A Assessoria Jurídica Popular em tempos de pandemia: a experiência da extensão popular em direito na Universidade Estadual de Goiás entre anos 2019-2020. Expressa Expressão, Pelotas, v. 26, n. 1, p. 68-83, 2021.

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania – Parte 3 – Belo Horizonte: Ed UFMG / Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.